

A CONSTRUÇÃO DO *HABITUS* PROFISSIONAL DOCENTE DE LICENCIANDOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL ¹

Gislene de Araújo Alves²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – gislene.araujo@ifrn.edu.br

Resumo: Neste artigo apresentamos projeto de pesquisa³, no qual tem por objetivo principal compreender a construção profissional docente de licenciandos com deficiência visual no curso de licenciatura em Música de uma instituição de ensino superior no Rio Grande do Norte. A intenção é acompanhar a formação acadêmica do licenciando com DV e analisar as políticas institucionais de acesso e permanência nas instituições de ensino superior, além de ouvir as percepções do próprio licenciando neste processo. Aqui tratamos dos dados bibliográficos recolhidos para a elaboração e aprofundamento na temática da inclusão das pessoas com deficiência nos cursos superiores no Brasil, e ampliamos as discussões sobre as políticas públicas de acesso e permanência da pessoa com DV nos cursos superiores. Para verificar as temáticas e subtemas referentes a pessoa com deficiência visual, buscou-se no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre os termos: Deficiência Visual e Ensino Superior, limitando a busca entre 2010 e 2016, foram encontrados 46 dissertações e teses que envolvem a temática do discente com deficiência visual no ensino superior, alguns desses estudos mostram as principais políticas públicas de acesso e permanência da pessoa com deficiência visual em cursos superiores nas diversas áreas de conhecimento. Conclui-se que ainda são poucos os estudos que dão voz a pessoa com deficiência visual, mas observa-se um crescente número de trabalhos que envolvem a temática, considerando que é necessário ampliar as discussões sobre a presença da pessoa com deficiência no ensino superior, e principalmente refletir, na voz da pessoa com DV, sobre suas perspectivas em relação a própria formação em nível superior.

Palavras-Chave: Formação de professores. Deficiência Visual. Ensino Superior. Música.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresenta-se projeto de pesquisa em andamento, no qual tem por objetivo principal compreender a construção profissional docente de licenciandos com deficiência visual no curso de licenciatura em uma instituição de ensino superior no Rio Grande do Norte. A intenção é acompanhar a formação acadêmica do licenciando com DV⁴ e analisar as políticas institucionais de acesso e permanência nas instituições de ensino superior, além de ouvir as percepções do próprio licenciando neste processo. A seguir fazemos um breve percurso histórico das legislações, políticas públicas e as principais discussões sobre a temática da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil.

No contexto da deficiência, em um breve panorama histórico, observa-se a evolução das políticas públicas da educação restrita, das instituições especializadas, assim como um referencial

¹ Pesquisa em andamento.

² Mestre em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professora de Arte - Música no IFRN.

³ Orientação da Profa. Dra. Valéria Lázaro de Carvalho - UFRN

⁴ Abreviatura de Pessoa com Deficiência Visual.



de inclusão, baseado na igualdade de direitos, no social e pedagógico. A proposta de inclusão atual foi construída gradativamente, principalmente, a partir dos Direitos Humanos, de 1948, em que o direito à instrução é enfatizado no artigo XXVI, relações e leis relativas à educação, mantendo uma atenção especial sobre a educação especial (inclusiva).

No Brasil, nas décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela falta de informações sobre as pessoas com deficiência, o que resultou em uma ausência significativa de dados que poderiam contribuir para políticas públicas e ações para promover o conhecimento sobre essa demanda social e, principalmente, nos sistemas educacionais. Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”, em Jomtien, Tailândia, no qual foi proclamada a “Declaração de Jomtien” ou “Declaração Mundial de Educação para Todos” de 1990 que em seu Artigo 3º trata da “universalização do acesso à educação e promoção da equidade”, no qual a aprendizagem básica inclusiva deve ser pautada e acessível à pessoa com deficiência, assim como integrada ao sistema educacional.

A Constituição Federal, título VIII, artigos 208 e 227, prevê e procura garantir os principais direitos a pessoa com deficiência:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...]

Art. 227. [...] II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.⁵ (BRASIL, 1988)

A Lei n. 7.853/1989, estabelece as normas gerais que procura assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência. A lei prevê,

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

As principais Leis que estabelecem normas e critérios que promovam a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, permitem nortear as ações e providências em espaços privados e públicos, através do Decreto n. 5.296/04, que regulamenta as Leis n. 10.048/00 e a 10.098/00, que normais básicas para a promoção da acessibilidade. No sistema educacional brasileira, existem lei que trazem normas, objetivos e metas para educação de pessoas com

⁵ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010.



necessidades educacionais especiais, como a Lei n. 10.172/01 que aprova o Plano Nacional de Educação. Em 1996, a Lei 9.394 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que dispõe das normas para todas as modalidades de ensino e formação, incluindo a educação especial. Lembrando do Decreto n.3.289/99 que regulamento a Lei n. 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e outras providências. A Portaria MEC n. 1.679/99 dispõe dos requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, e instruir os processos de autorização, reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior. O artigo 1º da Portaria MEC N. 1.679/99,

Art. 1º. Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de sua autorização e reconhecimento e para fins de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para sua renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em 6 de julho de 2015 foi sancionada a Lei n. 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e da liberdade fundamental da pessoa com deficiência, visando a inclusão social e a cidadania (BRASIL, 2015). O Decreto n. 186/2008(BRASIL, 2008) aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, o objetivo da Convenção foi promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.

O Decreto n. 7612 de 2011, Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites com finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações que pudessem proporcionar e promover o exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência seguindo os termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O conjunto de leis e políticas públicas institucionais frente a educação inclusiva, e trata das concepções e os princípios para reconhecer a diversidade e busca responder as necessidades dos educandos frente aos desafios educacionais e sociais enfrentados, principalmente, pelas pessoas com deficiência no Brasil.

Esse enfoque, na década de 1990, passou a ser uma das principais discussões e denúncias sobre a exclusão educacional das pessoas com deficiência, o que levou o compromisso mundial dos governos em garantir a educação para todos os cidadãos.

1. A presença da pessoa com deficiência visual nos cursos superiores no Brasil

Reconhecer que, as políticas públicas avançaram em relação a nortear o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no sistema educacional, mas o que diz os estudos científicos frente a essa nova realidade e quais os principais subtemas dessas pesquisas. Ainda são poucos os trabalhos que tratam das questões sobre o acesso e a permanência da pessoa com deficiência visual nas instituições de ensino superior brasileiras. A seguir, apresentarei os principais estudos e subtemas que envolvem as demandas atuais das pessoas deficiente visual, principal foco deste projeto de pesquisa.

Para verificar as temáticas e subtemas referentes a pessoa com deficiência visual, buscou-se no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre os termos: **Deficiência Visual e Ensino Superior**, limitando a busca entre 2010 e 2016, foram encontrados 46 dissertações e teses que envolvem a temática do discente com deficiência visual no ensino superior.

Tabela 1 - Caracterização das produções acadêmicas

Ano	Nível		N	%
	Mestrado	Doutorado		
2010	3	0	3	7%
2011	2	2	4	9%
2012	4	0	4	9%
2013	9	1	10	22%
2014	13	2	15	33%
2015	6	2	8	17%
2016	1	1	2	4%
	Total		46	100%

Fonte: A autora (2016).

Nota: tabela 1 elaborada mediante a coleta de dados no Banco de Teses da Capes.

Os estudos mostram uma crescente publicação de pesquisas nos anos de 2013 e 2014, a maioria dos trabalhos envolvem, diretamente, as políticas públicas de acesso e acessibilidade (AZEVEDO, 2012; NUNES, 2013; LACERDA, 2013; SANTOS, 2013; LIMEIRA, 2014; CORREA, 2014; JUNIOR, 2014; BRUNELLI, 2015; AMARANTE, 2015; BORGES, 2015; FREITAS, 2015; ANSAY, 2016). Esses estudos apresentam discussões sobre a acessibilidade das instituições de ensino superior e seus principais programas de acesso, acompanhamento e permanência, em alguns estudos focam nas questões de permanência e desempenho acadêmico da pessoa com deficiência no ensino superior. Outros procuram trazer questões referente as contribuições das tecnologias da informação e comunicação (TICS) para a acessibilidade da pessoa com deficiência visual ao ensino superior. (JUVENCIO, 2013). Há pesquisas que focam no ensino e aprendizagem do discente deficiente visual (CERCHIARI, 2011). Observa-se que quantidade de estudos sobre essa temática é crescente, pois precisa-se discutir e refletir sobre essa demanda atual, e principalmente, nos estudos que envolvem a pessoa com DV no ensino superior.

1.1 Entre a vida e a formação profissional em Música

A formação de professores de música vem sendo um dos temas mais debatidos dentro da área da Educação Musical nos últimos anos. Observa-se que a Educação Musical apresenta um crescente número de pesquisas sobre a formação de professores de Música e as temáticas a conhecer as discussões sobre o tema da formação de professores de Música, o lócus dos estudos sobre a formação de professores de Música, o que se pôde identificar são quatro subtemas recorrentes nas pesquisas em Educação Musical, que são: 1) Formação inicial de professores de Música; 2) Formação continuada de professores de Música; 3) Formação emergente de professores em Música⁶; e 4) Projetos de Formação de Professores⁷(ALVES, 2015). No sistema do Ministério da Educação – Sistema e-MEC, encontramos, um total de 137 cursos⁸ de licenciatura em Música, com várias nomenclaturas, oferecidos na forma presencial e a distância.

A produção científica na temática da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior ainda é pequena, mas nos últimos anos, já se observa um crescimento na quantidade de estudos, principalmente relacionados ao deficiente visual no ensino superior.

Ao se pensar no acesso da pessoa com deficiência no ensino superior é necessário considerar que no Brasil, início do século XIX, viu-se a necessidade de criar políticas públicas que permitissem e garantissem o acesso e permanência da pessoa com necessidades especiais no ensino formal. No último relatório do Censo demográfico de 2013, mostra um crescimento das matrículas de estudantes público alvo da Educação Especial na Educação Básica, sendo mais de 800 mil matriculados, destes 23% em Escolas Especializadas e Classes Especiais e 77% em Escolas Regulares /Classes Comuns (Inclusão). A matrícula de estudantes com idade de 1 a 17 anos na educação básica superou os 700 mil matriculados, sendo 82% em classes comuns e 18 % em classes especiais. O acesso da pessoa com deficiência na Educação Superior em 2013 cerca de 29. 221 matriculados em instituições de ensino superior no Brasil, sendo 9.409 4 em instituições públicas e 19. 812 matriculados em instituições privadas. (CENSO, 2013).

Diante desse novo cenário, em que a pessoa com deficiência, passa a ter acesso as instituições de ensino superior, e estas passam a construir políticas de acesso e permanência, observamos que é de suma importância compreender os contextos e sujeitos diretamente envolvidos nesse processo de democratização do ensino superior. As próximas etapas dessa pesquisa será o acompanhamento de dois licenciandos com deficiência visual em um curso de Licenciatura em

⁶ Envolve a formação de professores unidocentes e generalistas.

⁷ Cursos e projetos realizados com ênfase na formação continuada de professores em Música.

⁸ Cursos autorizados e em atividade. Relatório consulta pública gerado pelo sistema de busca e-MEC em 31 de julho de 2016 às 11:34h.

Música em uma Universidade do Rio Grande do Norte, e acompanha-los em seus processos de percepção da própria formação docente, estágio supervisionado na Educação Básica (atividade obrigatório do curso), e verificar as estratégias de acesso e acompanhamento da instituição com a pessoa com DV e as perspectivas desses licenciandos com a futura profissão docente.

Algumas Considerações

Esta pesquisa encontra-se em andamento e por isso apresentamos um breve panorama histórico das políticas públicas e das novas demandas para o ensino superior. Nota-se que é crescente, mas ainda pequena as produções científicas sobre as questões da formação em nível superior das pessoas com deficiência visual e observa-se que é necessário compreender as histórias de vida e de formação (formal e informal) da pessoa com deficiência visual e ouvi-la em relação as suas perspectivas formativas em um curso de graduação.

A formação de professores de música aparece como um das temáticas mais debatidas nos encontros, fóruns e trabalhos acadêmicos da área, mas torna-se emergente um olhar sobre o acesso, permanência e a discussão sobre o currículo dos cursos de nível superior para as pessoas com deficiência visual nas pesquisas em música, e que além disso, seja discutida a formação continuada de professores referente a essa atual demanda dos cursos superiores.

Espera-se que através desse estudo, a área da educação e, principalmente, da Educação Musical possa ampliar as discussões, estudos e políticas públicas para a formação profissional das pessoas com DV nos cursos de Música do Brasil, e poder rever e adaptar os currículos dos referidos cursos superiores.

Referências

AMARANTE, N. C. do. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: um estudo dos acessos e (des)acessos aos direitos à educação superior e ao trabalho no Brasil.** 158 f. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

ANSAY, N. N. **Políticas de acesso ao Ensino Superior para alunos com deficiência no Chile e no Brasil (1990-2015)** 245f. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

AZEVEDO, M. C. A. de. **Políticas de Acesso para Discentes com Deficiência Visual no Ensino Superior: um estudo de caso.** 140 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BALBINO, E. S. **A inclusão de uma aluna com deficiência visual na Universidade Estadual de Alagoas: um estudo de caso.** 01/12/2010 100 f. Dissertação de Mestrado (Educação) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.



BANCO de teses. In: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Base de Dados. 2016. Disponível em <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Acesso em 10 jul.2016.

BONILHA, F. F. G. **Do tom ao som: o ensino da musicografia braile como um caminho para a educação musical inclusiva**. 2010. 261f. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BONILHA, F. F. G. **Leitura musical na ponta dos dedos: caminhos e desafios do ensino de musicografia braile na perspectiva de alunos e professores**. 2006. 226. f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BORGES, W. A. **A percepção dos gestores sobre o processo de inclusão do deficiente visual com baixa visão no trabalho: estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior de Belo Horizonte**. 95 f. Mestrado em Administração, Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2015.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4ªEd. Revista e atualizada, Brasília, DF, 2012.

_____. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 09 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/dlg/dlg-196-2008.html>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 10 ago. 2016.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 12 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/ Secretária de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. 79p.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo**, 2013. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Portaria do MEC N. 3284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 07 nov. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em 10 ago. 2016.

BRUNELLI, N. G. **Estudantes com deficiência no ensino superior: acesso e permanência numa instituição pública de ensino**. 118 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CERCHIARI, C. M. **Deficiência visual e ensino/aprendizagem de língua estrangeira: subsídios para a formação de professores em contexto universitário.** 116 f. Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORREA, P. M. **Acessibilidade no Ensino Superior: Instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos.** 281 f. Doutorado em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, 2014.

COUTINHO, P. R. O. **Os desdobramentos do ensino de música no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual: um estudo de caso no Instituto Benjamin Constant (RJ).** 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Música), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CRUZ, R. de L. **Inclusão no Ensino Superior: um estudo das representações sociais dos acadêmicos com deficiência visual da UFPB.** 130 f. Mestrado em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 1990.

FERREIRA, L. R. C. **Experiências vivenciadas por alunos com deficiência visual em instituições de ensino superior na cidade de Uberlândia – MG.** 141 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.

FREITAS, MEIRIELEN APARECIDA GOMES. **Equidade e eficácia no ensino superior: o ingresso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência.** 138 f. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Bahia. Bahia. 2015.

GUERREIRO, E. M. B. R. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFSCar.** 231 f. Tese de Doutorado (Educação Especial) Universidade de São Carlos, São Carlos, 2011.

JUNIOR, LUCIO RICARTE SERRA. **Luz do conhecimento na escuridão do olhar: acessibilidade aos estudantes de ensino superior com deficiência visual no ensino à distância.** Mestrado Profissional, UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza, 2014.

JUVENCIO, V. L. P. **Contribuição das tecnologias da informação e comunicação (TICS) para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC).** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2013.

LACERDA, G. B. DE. **Políticas de acesso, autonomia e permanência da pessoa com deficiência nas instituições públicas de ensino Superior da Região Metropolitana de Fortaleza.** 143 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2013.

LIMA, U. T. S. DE. **Inclusão do Aluno com Deficiência no Ensino Superior em Saúde nas Universidades Públicas do Estado: atores, realidades e práticas.** 111 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2013.

LIMEIRA, C. S. **Acessibilidade Física e Inclusão no Ensino Superior: um estudo de caso na Universidade Federal do Pará.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

LOZANO, T. V. **O processo da inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação Superior a Distância no Brasil.** Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

MACIEL, A. K. S. **Atitudes da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Ceará em Relação à inclusão de alunos com deficiência.** 135 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MARTINS, D. S. **Educação especial: oficina de capacitação para professores de matemática na área da deficiência visual.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MELO, I. S. C. de. **Um estudante cego no curso de licenciatura em música da UFRN: Questões de acessibilidade curricular e física.** 146 f. Dissertação de Mestrado (Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MELO, M. W. S. **Ensinando música para deficientes visuais: da educação complementar à pretendida profissionalização.** 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado de Música), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MENEZES, S. A. B. de. **O Direito à educação e a igualdade de oportunidades na universidade: percursos de estudantes com deficiência no ensino superior a distância no Brasil e na Espanha.** 403 f. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gearis, Belo Horizonte, 2015.

MIRANDA, B. da S. F. **Inclusão de alunos que apresentam deficiência visual na educação superior: adaptação de material didático.** 137 f. Dissertação de Mestrado, Universidade do Grande Rio – Prof. José de Souza Herdy, Duque de Caxias, 2014.

NEGRY, K. C. P. **Situação de deficiência: a realidade de instituições de ensino superior particulares do Distrito Federal à luz do atendimento prestado aos jovens estudantes com deficiência visual (cegos).** 119 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, 2012.

OLIVEIRA, L. C. P. **Trajetórias escolares de pessoas com deficiência visual: da educação básica ao ensino superior.** 158 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

RAMBO, C. P. **A Inclusão Escolar na Perspectiva de Alunos com Deficiência no Ensino Superior: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural.** 152 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

RODRIGUES, R. P. **O movimento Inclusivo no Ensino Superior na perspectiva de alunos cegos.** 133 f. Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

SANTOS, C. da S. **Políticas de acesso e permanência de alunos com deficiência em universidades brasileiras e portuguesas.** 389 f. Tese de Doutorado (Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2013.

SANTOS, F. C. **As disciplinas de exatas e o processo de ensino para alunos com deficiência visual na Universidade Federal de Sergipe.** 127 f. Dissertação de Mestrado (Ensino de Ciências e Matemática), Fundação Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SILVA, J. S. S. da. **Acessibilidade, barreiras e superação: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na Educação Superior.** 242 f. Dissertação de Mestrado (Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, V. de O. **e-Acessibilidade e Formação Docente: Inclusão de Estudantes com Deficiência Visual Total em Cursos Superiores Online e na Cibercultura.** 220 f. Dissertação de Mestrado (Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SIMÕES, M. C. D. **Autonomia e dependência na relação entre estudantes com deficiência visual e seus leitores.** Dissertação de Mestrado (Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOARES, A. C. S. **A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará: estudo sobre ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores.** 189 f. Tese de Doutorado (Educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SOUTO, A. P. B. **Política pública do deficiente visual nas instituições de ensino superior.** 80 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

SOUZA, C. S. L.. **Música e inclusão: necessidades educacionais especiais ou necessidades profissionais especiais?** 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Bahia, 2010.

SOUZA, M. A. de. **Introdução ao Estudo de Função para Alunos com Deficiência Visual com o Auxílio do Multiplano.** 115 f. Dissertação de Mestrado Profissional (Matemática em Rede Nacional), Universidade Federal do Oeste do Pará, Rio de Janeiro. 2015.

SOUZA, M. P. de. **Percepção de professores universitários com deficiência física, deficiência visual ou deficiência auditiva sobre o processo de inclusão na academia.** 108 f. Dissertação de Mestrado Profissional (Reabilitação e Inclusão) Centro Universitário Metodista IPA, Porto Alegre. 2015.

SOUZA, T. F. B. de **Políticas públicas para a pessoa com deficiência na UFC: a percepção dos alunos com deficiência visual.** Dissertação de Mestrado (Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

TUDISSAKI, S. E. **Ensino de música para pessoas com deficiência visual.** 167 f. Dissertação de Mestrado (Música), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2014.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, Espanha. 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em 30 ago. 2016.

VIGENTIM, U. D. **Tecnologia Assistiva: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas.** 123 f. Dissertação de Mestrado (Educação Escolar) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

